

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 095**

Período: de 20/09/03 a 26/09/03

Franca – Brasil

- 1 - Militares podem não ter reajuste em 2004
- 2 - Buscas dos corpos de guerrilheiros serão retomadas
- 3 - Brasil busca soluções para conflitos internos de países vizinhos e anuncia deslocamento de 3 mil homens para a Amazônia
- 4 - Rádio do Exército tem programação musical
- 5 - Exército contrariou orientação do governo e ajudou a derrubar referendo sobre armas
- 6 - Governo brasileiro defende reformas no Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas
- 7 - Descarga elétrica causou acidente do foguete na Base de Alcântara; famílias das vítimas passam por problemas para a obtenção das indenizações
- 8 - Brasil retomará processo de licitação de caças
- 9 - Justiça manda indenizar vítima de estupro por soldado do Exército
- 10 - Comissão nega 1.669 pedidos de indenização de ex-militares
- 11 - Conselho propõe a substituição do serviço militar por prestação de trabalhos comunitários

Militares podem não ter reajuste em 2004

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, os militares brasileiros podem ficar sem reajuste salarial em 2004. O jornal informou que os militares não estão incluídos na data-base dos servidores públicos, que devem ter aumento de 1,87% no ano que vem. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/09/03)

Buscas dos corpos de guerrilheiros serão retomadas

O jornal *O Globo* noticiou que o governo está preparando uma operação para tentar localizar os corpos dos guerrilheiros desaparecidos nos confrontos com militares na região do rio Araguaia. Até o fim do ano, uma missão oficial deve ser enviada à região onde a guerrilha se instalou, na divisa entre os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. A intenção do governo é demonstrar que o recurso contra a abertura dos arquivos não equivale a uma negação do passado dos guerrilheiros. O trabalho será coordenado pelo Ministério da Casa Civil, juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com os ministérios da Defesa e da Justiça. Não foi descartada a possibilidade de que sejam recuperados documentos guardados em arquivos pessoais de militares da reserva. (O Globo – O país – 20/09/03)

Brasil busca soluções para conflitos internos de países vizinhos e anuncia deslocamento de 3 mil homens para a Amazônia

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa transferirá 3 mil soldados para a Amazônia no ano que vem, com o intuito de controlar as linhas de fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Os soldados serão deslocados do Rio de Janeiro e São Paulo e devem completar a expansão do Exército na região, em andamento desde 1997. O ministro da Defesa, José Viegas Filho, confirmou o movimento, apesar de ter afirmado que seu cronograma ainda não foi definido. A sede da nova unidade está sendo instalada na cidade de São

Gabriel da Cachoeira (Estado do Amazonas). A reportagem informa que as fronteiras do norte e do noroeste do Brasil são cenários prioritários da estrutura de defesa das Forças Armadas. Serviços de Inteligência chamam a atenção para a aproximação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e para o surgimento de tensões no Peru e no Equador. O Comando Militar da Amazônia tem ciência da existência de pelo menos onze frentes do grupo guerrilheiro colombiano concentradas nas proximidades da Cabeça do Cachorro e na entrada do Rio Negro. Os militares teriam recebido ordem do governo federal para não tolerar a travessia de fronteira. O *Estado* explicou que os contatos eventuais entre as tropas brasileiras e a guerrilha colombiana são mantidos em sigilo, bem como as baixas, creditadas como acidentes. Os serviços de inteligência detectaram também o efeito multiplicador das Farc. No Brasil, publicou o jornal, a preocupação é com parte da ala radical do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que defende a luta armada no campo, mas não dispõe de condições políticas para realizá-la. Outro foco de tensões na América Latina é o Peru, onde grupos criminosos como o *Sendero Luminoso*, a Federação Revolucionária e o Movimento Revolucionário Tupac Amaru voltaram a agir de maneira contundente. Os conflitos podem motivar a instalação de cinco pelotões de fronteira no Acre e no Amazonas, voltados para o Peru. De acordo com o *Jornal do Brasil*, os militares mostraram-se insatisfeitos com a proposta do governo brasileiro de sediar um encontro entre as Farc e as Nações Unidas (ONU); as agências de inteligência brasileiras questionam a conveniência da entrada oficial no Brasil de representantes de um grupo considerado terrorista e promotor do tráfico de drogas. Em princípio, cogitou-se que o encontro teria lugar em Manaus, porém já se fala em aloca-lo em uma cidade menor e mais próxima da fronteira. No dia 31 de julho deste ano, o ministro Viegas esteve reunido com generais do Comando Militar do Leste (CML) na Vila Militar (Rio de Janeiro), para discutir a questão. Este afirmou, em entrevista à agência Reuters, no último dia 22, que o encontro entre representantes das (Farc) e da ONU deve ocorrer no Brasil, possivelmente na cidade amazonense de São Gabriel da Cachoeira, a 160 km da fronteira com a Colômbia. O território brasileiro foi oferecido pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva e a cidade de São Gabriel da Cachoeira foi sugerida por autoridades da Defesa brasileira. Segundo Viegas, a expectativa para o encontro é positiva. O delegado Mauro Spósito, que trabalha há 23 anos na Amazônia e é coordenador de Operações Especiais de Fronteiras da Polícia Federal, não vê problemas no caso desde que a segurança seja reforçada. A atuação brasileira na solução dos problemas sul-americanos não se limita ao caso colombiano. Em julho, a Força Aérea Brasileira (FAB) forneceu um avião do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) para o Peru visando localizar o cativo de 71 reféns da empresa argentina Techint, que haviam sido seqüestrados por guerrilheiros do *Sendero Luminoso*. O governo peruano teria solicitado ao Brasil o envio de um avião R-998B. Oito oficiais da FAB teriam participado da operação no R-988B, junto com um oficial da Força Aérea Peruana. É a primeira vez que este tipo de operação é divulgado ao público e também a primeira ação posterior à assinatura de um acordo que permite que os dados do Sivam possam ser compartilhados com o governo peruano. A *Folha de S. Paulo* aponta a atitude como um marco da integração sul-americana, liderada pelo Brasil, que, segundo o jornal, é o único país da região que domina tecnologia de monitoramento aéreo e sensoriamento remoto. O

Ministério da Defesa não se manifestou quanto a estas informações, publicadas inicialmente pela revista *Isto É*; segundo o *Jornal do Brasil*, a missão seria secreta. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/09/03; Jornal do Brasil – Internacional – 21/09/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/03; Jornal do Brasil – Internacional – 22/09/03; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/09/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 24/09/03)

Rádio do Exército tem programação musical

O Estado de S. Paulo noticiou que a estação de rádio do Exército, a Rádio Verde-Oliva, permanecerá no ar mais de um ano. A reportagem aponta para que a programação possua conteúdos “predominantemente brasileiros” e que não tenha apenas uma “abordagem propagandista do Exército”. O estúdio da rádio funciona no Quartel-General do Exército e comporta 14 funcionários, sendo apenas dois deles civis. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/03)

Exército contrariou orientação do governo e ajudou a derrubar referendo sobre armas

O Comando do Exército empenhou-se em derrubar no Congresso o ponto que criava o referendo popular sobre a venda de armas, um dos principais do Estatuto do Desarmamento. Os militares argumentam que a proibição de armas teria impacto sobre a indústria do país, levando-se em conta seu valor estratégico. Um outro ponto que enfrentou a pressão do Exército foi a supressão no artigo 2º do Estatuto de um inciso que atribuía ao Sistema Nacional de Armas, do Ministério da Justiça, a tarefa de cadastrar e conceder licenças aos fabricantes de armas, trabalho realizado atualmente pelo Exército. Por fim, o inciso foi retirado. Na sexta-feira, (19 de setembro), o ministro Viegas desautorizou a força e declarou que o Ministério da Defesa apóia o projeto da maneira como ele saiu do Senado. Denis Minze, representante do Instituto Sou da Paz – uma Organização Não-Governamental paulista -, declarou ao jornal *O Globo* que os militares são contra o desarmamento porque os oficiais aposentados costumam trabalhar nas indústrias de armas quando se aposentam. O jornal reportou que a defesa do comércio de armas para civis por militares e diplomatas fez com que o governo passado não se mobilizasse para aprovar o projeto, desde então em tramitação pelo Congresso. No dia 22, o Centro de Comunicação Social do Exército confirmou as sugestões de mudança no texto original do estatuto, mas negou que seus assessores parlamentares tenham pressionado a deputada Laura Carneiro, relatora da Comissão, a acolher as recomendações. (O Globo – O país – 21/09/03; O Globo – O país – 23/09/03; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/09/03)

Governo brasileiro defende reformas no Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU)

Em discurso proferido na abertura da Assembléia das Nações Unidas, o presidente brasileiro defendeu reformas no Conselho de Segurança do organismo. Posteriormente, em almoço com Kofi Annan e com alguns chefes de Estado, defendeu a inclusão de mais países no rol dos membros permanentes. A Argentina mostrou uma posição favorável a outra forma de representação latino-americana no órgão, com uma cadeira conjunta entre os dois países pelos próximos dois anos, ao invés de apenas o Brasil em 2004 e em seqüência a Argentina em 2005. Segundo vários jornais, esta configuração

não seria bem recebida pela diplomacia brasileira, o que poderia caracterizar uma nova situação de mal-estar entre os países do Sul. Outro debate em torno das vagas no CS envolve Brasil e México: ambos estariam disputando uma cadeira fixa que represente toda a América Latina. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a despeito desta contenda, as relações *brasileiro-mexicanas* não estariam comprometidas e os presidentes de ambos os países prosseguem discutindo acordos de cooperação internacional para o combate à pobreza e a utilização do território mexicano por imigrantes brasileiros que tentam entrar nos Estados Unidos. Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (do Brasil) e Vicente Fox Quesada (do México) chegaram a classificar as notícias veiculadas sobre este possível debate pela vaga no CS como “intrigas de jornal”; afirmando ambos considerarem apenas as conversas diretas, em detrimento de comunicações via imprensa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/09/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 23/09/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/09/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/09/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/09/03; Correio Braziliense – Política – 23/09/03)

Descarga elétrica causou acidente do foguete na Base de Alcântara; famílias das vítimas passam por problemas para a obtenção das indenizações

A comissão técnica formada pela Aeronáutica para esclarecer o acidente com o Veículo Lançador de Satélites no dia 22 de agosto último, em Alcântara, no Maranhão, deixando 21 mortos, declarou que uma descarga de corrente elétrica acionou o motor “A” e causou o acidente com o VLS-1, que se incendiou na Base de Alcântara. No entanto, ainda não foi descoberto de onde teria vindo essa corrente elétrica. Trabalha-se com a hipótese de que ela tenha vindo de dentro do foguete, mas ainda não se sabe exatamente como, e é nisso que as investigações continuarão trabalhando. Conforme notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, antes do acidente o foguete já havia sofrido pane elétrica e diversas queimas nos transdutores de pressão, independentes de qualquer intervenção humana. Além disso, há a suspeita de que a norma principal do protocolo de segurança não tenha sido seguida. Segundo esta norma, a instalação dos iniciadores pirotécnicos deve ser a última operação na preparação do foguete. No entanto, dois motores do primeiro estágio já estavam com seus dispositivos instalados quando as equipes do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) trabalhavam na plataforma. A principal suspeita, entretanto, é que a manutenção na pintura teria causado danos elétricos na plataforma. De acordo com a *Folha*, os jatos de areia utilizados para remover corrosão e restos de tinta podem ter causado danos à rede elétrica. Os seis russos que vieram auxiliar nas investigações chegaram à mesma conclusão, porém elogiaram o projeto, indicando apenas que se instalasse um novo sistema de segurança. O prazo para as investigações foi prorrogado por mais 30 dias, mas ainda pode sofrer novas postergações. Em São José dos Campos (interior do Estado de São Paulo), as famílias das vítimas foram homenageadas, mas 9 delas correm o risco de perder o direito às pensões e bolsas de estudos do governo; os motivos seriam a exigência de comprovação de dependência econômica, a falta de documentação e o pedido de outros dependentes ao benefício. Durante a primeira audiência pública da comissão externa da Câmara - que contou com apenas quatro deputados -, o Sindicato dos Servidores Federais da Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba cobrou seriedade dos parlamentares e afirmou que tomará todas as providências

cabíveis. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/09/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 23/09/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/09/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 26/09/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 23/09/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 26/09/03)

Brasil retomará processo de licitação de caças

O ministro da Defesa, José Viegas, quer retomar em outubro o processo de licitação dos caças supersônicos para a Força Aérea Brasileira (FAB). O programa foi suspenso pelo governo Lula com o objetivo de dar prioridade ao combate à fome. O projeto dos caças supersônicos prevê um gasto de cerca de US\$ 1 bilhão. Com a retomada do processo, as empresas participantes terão o prazo de 60 dias para apresentar a atualização da proposta. Após esse período, o Conselho de Defesa Nacional decidirá pela melhor proposta. A Embraer participa da concorrência em parceria com a francesa Dassault. Além disso, estão interessados no projeto: o consórcio anglo-sueco SAAB-BAE Systems com o modelo Gripen, os americanos da Lockheed Martin (com o F-16) os russos da Rosoboronexport com o Sukhoi e da RAC, com o caça MiG-29. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/09/03)

Justiça manda indenizar vítima de estupro por soldado do Exército

A professora aposentada J.A., 53, ganhou, neste dia 23, a primeira batalha judicial contra a União numa ação de indenização, por ter sido estuprada por um soldado do Exército, após o golpe militar de 1964. Depois de quase 40 anos do ocorrido, a vítima resolveu ir à Justiça pedir a reparação da violência sexual que afirma ter sofrido aos 16 anos, por ser filha de um militante político que lutava contra o regime militar, em Capitão Leônidas Marques (oeste do Estado do Paraná). O juiz publicou a sentença em que condena a União a pagar R\$ 100 mil, acrescidos de multa de 1% ao mês sobre os últimos 39 anos, como indenização à professora aposentada. Appio qualificou o caso como tortura e considerou que o crime não tem prescrição, pois a acusação segue a linha da violação dos direitos humanos. O juiz também sugeriu que o Ministério Público Federal abra uma investigação para procurar fazer com que o autor do estupro pague pelo crime. Em 2002, J.A. procurou a Justiça Federal acusando o Exército de ser responsável pelo estupro de que foi vítima. J.A. que à época era estudante diz ter sido atacada por um soldado por ser filha do presidente local do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e integrante do chamado Grupo dos 11; o grupo, liderado pelo governador deposto do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, era acusado de atuar contra o regime militar, e congregava políticos cassados após o golpe. O Exército teria decidido instalar um batalhão na cidade para impedir o avanço do grupo. A área de comunicação social da 5ª Região Militar do Exército, baseada em Curitiba, afirmou que não recebeu qualquer pedido de informações da Justiça sobre este caso. (Folha de S. Paulo - Brasil – 25/09/03)

Comissão nega 1.669 pedidos de indenizações de ex-militares

A Comissão de Anistia indeferiu, no dia 24, 1.669 pedidos de indenização de ex-membros das Forças Armadas. Foi o maior volume de recusa desde que a comissão foi criada em agosto de 2001. Nos processos, os militares dizem que foram perseguidos pelo regime militar e, por isso, mereceriam a reparação econômica prevista em lei. Apesar disso, no maior julgamento já realizado pela

comissão, foram aprovados outros 267 pedidos, também de militares. Com esta sessão, chega a cerca de 9.600 o número de processos de militares indeferidos pela comissão desde o início do ano. A atitude atende diretriz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva segundo a qual “a análise dos processos deve ser minuciosa para evitar fraudes ou favorecimento ilícito”. De acordo com o presidente da comissão, Marcelo Lavenére Machado, o julgamento em bloco só pode ser feito na Terceira Câmara, que abriga processos de militares. Ainda cabe recurso à plenária da comissão. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/09/03)

Conselho propõe a substituição do serviço militar por prestação de trabalhos comunitários

A Presidência da República vai receber minuta de projeto de lei sugerindo a criação de um serviço alternativo - a ser prestado fora do âmbito das Forças Armadas -, por jovens que recusarem o serviço militar obrigatório por convicção religiosa, filosófica ou política. Na verdade, trata-se da substituição do serviço militar obrigatório por prestação de trabalhos comunitários. A proposta foi apresentada, no último dia 24, no Ministério da Justiça, durante reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Se aprovada pela Presidência, a sugestão vai ao Congresso. Além de possibilitar a prestação de trabalhos comunitários, a proposta anistia 32 mil brasileiros que deixaram de ingressar nas Forças Armadas e estão em situação militar indefinida. Com isso, não podem, por exemplo, prestar concursos públicos. O conselheiro do CDDPH e redator do projeto, Humberto Espínola, observa que se pretende criar um serviço alternativo parecido com o da França. A nova lei vai beneficiar os seguidores de algumas religiões, por exemplo, das Testemunhas de Jeová. A legislação atual, segundo Espínola, permite a prestação de serviço voluntário, mas dentro dos quartéis, o que não é aceito por uma parcela das religiões. A legislação atual também permite que as Forças Armadas assinem convênios com ministérios civis para os serviços alternativos. O CDDPH, no entanto, quer retirar o caráter "militaresco" do serviço obrigatório, segundo Espínola. O CDDPH é ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos e tem representantes de várias áreas do governo e das organizações da sociedade civil. (Jornal do Brasil – Brasil – 25/09/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), e Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado

por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.